

JURÍDICO EM AÇÃO

Sindicato consegue vitória histórica: fim da divulgação de ranking de metas

Itaú é condenado a pagar compensação moral restaurativa no valor de R\$2,4 milhões para projeto de saúde mental em favor dos bancários

Após conseguir uma importante vitória judicial que garante a inclusão de ex-dependentes como agregados do plano de saúde, o Departamento Jurídico do Sindicato conseguiu mais uma vitória histórica da categoria. O juiz titular da 1ª Região do Tribunal Regional do Trabalho, Bruno de Paula Vieira Manzini, reiterou a antecipação de tutela proibindo a divulgação de ranking de agências e regiões que cite o desempenho individual dos funcionários, prática muito utilizada pelo Itaú através de emails e normativos internos, o que tem também se repetido nos demais bancos. A Justiça havia decidido contra o ranqueamento de desempenho individual no Itaú, em 2016, e agora condenou o banco a pagar indenização milionária. A decisão é uma derrota para a prática de assédio moral.

PRESENÇA DO SINDICATO

Na avaliação do Sindicato,

Foto: Nando Neves



A diretora do Departamento Jurídico do Sindicato Cleyde Magno disse que a decisão judicial de proibir a exposição pública de ranqueamento individual de resultados é uma vitória histórica da categoria contra a pressão por metas e o assédio moral

é uma conquista sem precedentes na luta dos bancários contra a pressão por metas e o assédio moral.

O juiz determinou uma “compensação moral restaurativa”, impondo ao Itaú o pagamento no valor de R\$200 mil em doze mensaldades sucessivas, to-

talizando R\$ 2,4 milhões para criação de um projeto de saúde mental a ser desenvolvido e implementado para os trabalhadores através de uma gestão tripartite composta pelo Sindicato e pela parte ré, o próprio banco, além de uma instituição para implementar e executar proje-

to que será fiscalizado pelo Ministério Público do Trabalho. “É um avanço contra o assédio que abre caminho jurídico para que os bancários de todos os bancos também possam se livrar desta prática humilhante. Isto representa uma vitória relevante da categoria contra as práticas de pressão por metas e de assédio moral”, avalia a diretora do Departamento Jurídico do Sindicato dos Bancários do Rio, Cleyde Magno.

Na decisão, o magistrado condena o abuso do banco nos critérios de aferição de produtividade, “capaz de lesionar mentalmente o lado humano”, através da imposição destas práticas. Na ação, as advogadas do Sindicato apresentaram provas concretas da cobrança para os resultados e exposição individual dos bancários através dos rankings individuais, inclusive com “comentários sobre o rendimento exigido pela empresa e a performance dos bancários”, destaca a sentença.

Consulta Nacional dos Bancários começa nesta quarta (17). Participe!

A Contraf-CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro) realiza a partir desta quarta-feira, dia 17 e até o dia 25 de junho, a Consulta Nacional dos Bancários. A participação de todos os bancários e bancárias é fundamental para o êxito da campanha salarial da categoria. A pesquisa estará disponível no site do Sindicato. “Uma campanha forte e vitoriosa só é possível se houver a participação de toda a categoria. No Rio, a nossa participação sempre foi uma referência para todos os trabalhadores.



Precisamos garantir os empregos, a jornada de trabalho de seis horas e todos os direitos previstos em nossa Convenção Coletiva de Trabalho e estar unidos com os demais trabalhadores contra os ataques do Governo Bolsonaro aos direitos trabalhistas e ao estado democrático de direito. Numa conjuntura política e econômica tão adversa como a atual, somente a mobilização popular é capaz de enfrentar e vencer as dificuldades”, afirma a presidenta do Sindicato do Rio Adriana Nalesso.

BRDESCO **Mais testes** **Covid-19**

A pressão feita pelos sindicatos e a solicitação feita pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) levou a direção do Bradesco a atender às reivindicações dos bancários e ampliar os testes feitos com os funcionários. O banco informou na terça-feira, dia 9 de junho, a extensão de testes também para os trabalhadores dos departamentos e empresas ligadas ao Bradesco no Rio e em São Paulo. Nas demais regiões, os trabalhadores também serão testados para o Covid-19, incluindo funcionários, estagiários e aprendizes: Porto Alegre, Curitiba, Campinas, Jundiá, Salvador, Natal, Brasília, São Luiz, Recife, Manaus, Belém e Fortaleza.

NA HORA CERTA

Em São Paulo e no Rio de Janeiro, a aplicação dos testes, que já havia começado nas agências, agora também será estendida para departamentos e empresas ligadas. “A testagem é fundamental para a prevenção e o combate ao Covid-19. Por isso, esta decisão do banco de atender as reivindicações dos bancários vem na hora certa, pois no Brasil o número de contágio e mortes está em plena expansão. Vamos continuar cobrando também o cumprimento dos protocolos pois não é hora de relaxar com as medidas necessárias para proteção da vida das pessoas”, afirma o diretor do Sindicato Leuver Ludloff.

Sindicato apoia a Chapa 1 para a Previ do Banco do Brasil



O Sindicato apoia a Chapa 1 – Previ para o Associado, para as eleições da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil. O apoio foi aprovado por unanimidade dos presentes na diretoria da entidade. O pleito será de 13 a 27 de julho. A Chapa 1 defende a continuidade do modelo de gestão, garantindo a proteção ao patrimônio dos associados frente às interferências indevidas de governos, da direção do banco e de agentes do mercado.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Os candidatos da Chapa 1 chamam a atenção para o fato de que o modelo de gestão democrático e compartilhado, somado à ação firme dos representantes eleitos são fundamentais para que a Previ se recupere dos efeitos negativos da crise econômica mundial. São os seguintes os candidatos da Chapa 1: para a Diretoria de Seguridade, Wagner Nascimento (MG); para titu-

lares do Conselho Deliberativo, Ernesto Izumi e Carlinhos Guimarães (SP), e os suplentes Fabio Ledo (BA) e Odali Dias Cardoso (RJ); para titular do Conselho Fiscal, José Eduardo Marinho (CE) e suplente, Rene Nunes (GO); para titular do Conselho Consultivo do Plano 1, Mirian Fochi (DF), e, suplente, Rita Mota (RJ); e para titular do Conselho Consultivo do Plano Previ Futuro, Cristina Santos (RS) e, suplente, Tânia Dalmau Leyva (PR).

Encerrada direção fiscal da ANS na Cassi

O encerramento do regime especial de direção fiscal na Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi) foi anunciado nesta segunda-feira (15/6) pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Com a decisão fica confirmada a regularização de todos os indicadores econômico-financeiros que levaram à instauração da direção

em julho de 2019 e cumpre as projeções que compõem o Programa de Saneamento, apresentado à ANS em dezembro do mesmo ano.

Para a diretora do Sindicato e membro da Comissão de Empresa dos funcionários, Rita Mota, a aprovação das alterações estatutárias, após longo período de negociação com a ContrafCut e entidades

representativas do funcionalismo, possibilitou a injeção de recursos para retomar o equilíbrio financeiro da Cassi e evitar que a intervenção da ANS que pudesse colocar em risco a existência da Cassi. Foi ainda determinante, a adoção de medidas firmes em busca de eficiência operacional e redução de despesas, conduzidas pelas equipes técnicas da Cassi.

Santander anuncia que vai demitir 20% do quadro, descumpra acordo e dispensa em plena pandemia

Sindicato cobra garantia dos empregos, além de fim das metas e cumprimento de protocolo de prevenção ao Covid-19

O Sindicato dos Bancários do Rio repudiou as demissões que estão acontecendo no Santander e cobra do banco o cumprimento do acordo firmado com a COE (Comissão de Organização dos Empregados) e a Contraf-CUT de que não haveria dispensas neste período de pandemia do novo coronavírus. Os funcionários estão indignados com a falta de palavra da direção do grupo espanhol no Brasil. No Rio de Janeiro foram confirmadas, até o fechamento desta edição, duas demissões. “O banco descumpra o acordo que fez com os representantes dos funcionários e demite trabalhadores, alegando que ‘o acordo era de dois meses e que teria se encerrado em meados de maio’. Um absurdo e uma covardia com os bancários que garantem aqui



no Brasil a maior parte dos lucros globais do banco”, disse a presidenta do Sindicato do Rio Adriana Nalesso.

A Folha de S. Paulo divulgou que a direção do Santander pretende demitir 20% do quadro funcional da empresa. A projeção de corte foi antecipada à Folha por integrantes da alta gestão do

banco com a condição de que não tivessem os nomes revelados. A direção do banco nega a informação, mas admite dispensas “pontuais”.

PROMESSA NÃO CUMPRIDA

Adriana lembra que a própria vice-presidente de Recur-

NEM COM CALAMIDADE
- Marcos Vicente (centro) em paralisação realizada em 2019. O Sindicato voltou a criticar as demissões no Santander. O banco espanhol descumpra o acordo de não dispensar empregados durante a pandemia

sos Humanos do Santander, Vanessa Lobato, disse em reunião com os sindicalistas que a empresa não iria demitir neste momento crítico de pandemia.

No entanto, o banco dispensa trabalhadores justamente no momento em que a curva epidemiológica está aumentando. Nalesso lembra ainda que os bancos têm recebido todo tipo de ajuda e privilégios por parte do Governo Bolsonaro. “O ministro da Economia Paulo Guedes liberou R\$1,2 trilhão para as instituições financeiras, garantiu compra, através do Banco Central, de títulos podres que deram prejuízos aos bancos e ainda anunciou a redução do imposto sobre os lucros do setor mais lucrativo do país. Nada justifica estas demissões”, conclui.

Mercantil do Brasil também demite funcionários em vários estados

Depois do Santander agora foi a vez do banco Mercantil do Brasil demitir funcionários. Nem mesmo a crise da pandemia do novo coronavírus foi suficiente para impedir as dispensas de dezenas de trabalhadores promovidas pelo banco na quarta-feira, dia 10 de junho, em unidades de todo o país. No Rio de Janeiro um funcionário foi dispensado e em Niterói, com a unidade fechada desde a pandemia, foram dois trabalhadores demitidos. O movimento sindical

repudiou a prática do banco “É uma desumanidade o que a direção do BMB faz com seus funcionários. O setor financeiro, mesmo com a crise econômica causada pelo coronavírus é de longe o mais lucrativo do Brasil”, afirma a diretora do Sindicato do Rio, Marlene Miranda, que é membro da Comissão Organizadora dos Empregados. A COE cobrou reunião com a direção do banco para tratar do assunto. A maioria dos usuários e clientes do Mercantil é de beneficiários e pensionistas do INSS.



Marlene Miranda critica as demissões no BMB e cobra uma reunião com a direção do banco para tratar do assunto

E vêm sofrendo com atendimento precário, superlotação de agências e filas enormes nas portas e interior das agências durante a pandemia, situação agravada pelas demissões.

PROTOCOLO NÃO CUMPRIDO

O Mercantil do Brasil não conseguiu oferecer a todos seus funcionários, em 2020, a vacinação corporativa contra o vírus influenza H1N1 e ainda se negou a aumentar o reembolso para os trabalhadores que buscaram a imunização em laboratórios particulares.

A LUTA CONTINUA

Senado vota nesta terça (16) MP que permite reduzir salário e elevar jornada dos bancários

O Plenário do Senado volta a se reunir de forma virtual nesta terça-feira, dia 16 de junho, para votar a Medida Provisória 936/2020, que permite a redução de salários, a alteração na jornada e a suspensão de contrato de trabalho durante a pandemia de Covid-19. O senador Rogério

Carvalho (PT-SE) entrou com requerimento para que o Senado desconsidere as alterações promovidas pela Câmara dos Deputados nos parágrafos 2º e 3º do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Os deputados aprovaram alterações na CLT por meio do artigo 32

da Medida Provisória 936, que tramita no Senado como PLV nº 15, de 2020 e, tratam de matérias estranhas ao objeto principal da MPV 936, de 2020.

O senador informa que o requerimento se fundamenta no entendimento do Supremo Tribunal Federal e também no Regimento

Interno do Senado, que proíbe a inserção pelo Legislativo de matérias estranhas em Medidas Provisórias.

A proposta do parlamentar petista protege os bancários a fim de garantir a jornada de seis horas diárias de trabalho, de segunda à sexta-feira, conquista histórica da categoria.

Definido o calendário da Campanha Nacional 2020

Alterações poderão ser feitas caso seja aprovada a ultratividade. Em função da pandemia, categoria será convocada a participar através de videoconferência

O Comando Nacional dos Bancários se reuniu na última quarta-feira, dia 10 de junho, e definiu o calendário de conferências, congressos e assembleias para dar início à Campanha Nacional dos Bancários 2020.

Esse calendário poderá ser alterado caso seja prorrogada a validade dos Acordos e Convenções Coletivas, ou se o Congresso Nacional aprovar a ultratividade discutida na Medida Provisória 936/2020.

Os sindicalistas cobraram da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), na última reunião de negociação, a resposta sobre a garantia da ultratividade da Convenção Coletiva de Trabalho e dos Acordos coletivos. Até o fechamento desta matéria, os bancos não haviam dado resposta à categoria. "A forma de ação evidentemente muda em função do coronavírus, mas a mobilização continuará forte e mais do que nunca a participação da categoria será decisiva em tempos desta que é uma das mais duras conjunturas políticas da história, de ataques aos direitos dos trabalhadores e de práticas arbitrárias, ameaçando inclusive a democracia", avalia o vice-presidente do Sindicato do Rio Paulo Matileti.

PANDEMIA NÃO IMPEDE CAMPANHA

Mesmo em isolamento social, a categoria será chamada a participar da campanha desde a Consulta Nacional aos Bancários, que permite a todos os trabalhadores darem sua opinião sobre temas importantes, prioridades da campanha, estratégias de comunicação e de lutas dos bancários e bancárias. Neste ano, em função da pandemia do novo coronavírus, a consulta será totalmente eletrônica e poderá ser respondida até o dia 25 de junho. As atividades, como assembleias, serão realizadas em videoconferência.

CONGRESSOS DO BB E DA CAIXA

As conferências estaduais/regionais serão realizadas de 26 de



Adriana Nalesso destaca que a pandemia não impedirá a mobilização dos bancários e que, mesmo em isolamento social, a categoria participará das atividades em assembleias virtuais e com forte presença também nas redes sociais

junho até o dia 4 de julho. Já os congressos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal serão realizados de 10 a 12 de julho.

CONFERÊNCIA NACIONAL

A Conferência Nacional dos Bancários, onde é debatida e definida a pauta de reivindicações, acontece nos dias 17 e 18 de julho. As assembleias para votar as pautas deliberadas nacionalmente estão previstas para acontecer nos dias 20 e 21 de julho. A entrega da minuta poderá ser entregue à Federação Nacional dos Bancos no dia 23 de julho.

Em decorrência da pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19), todas as atividades serão realizadas por videoconferência e, mais do que nunca, as redes sociais serão um instrumento importante de luta.

"Vamos manter o isolamento social e todas as medidas necessárias de proteção ao Covid-19, entretanto, a pandemia não impedirá a nossa mobilização, com forte utilização dos meios digitais, para preservarmos direitos e garantirmos nossas conquistas resguardadas pela Convenção Coletiva de Trabalho da categoria", disse a presidenta do Sindicato dos Bancários do Rio Adriana Nalesso.

Calendário da Campanha Nacional dos Bancários

Data	Atividades
17 a 25/6	Consulta Nacional
26/6 à 4/7	Conferências estaduais/regionais
10 à 12/7	Congressos do BB e da Caixa
17 e 18/7	22ª Conferência Nacional dos Bancários
20 e 21/7	Assembleias virtuais para aprovação da minuta

Tíquetes e 13ª cesta: frutos da luta da categoria

Os tíquetes refeição e alimentação e mais a 13ª cesta alimentação não são concessões dos bancos aos bancários. Estes e outros benefícios foram conquistados com greves e mobilizações e frutos da luta e da unidade da categoria. O vale-refeição foi conquistado graças a forte campanha salarial dos bancários e está incluído como direito previsto na Convenção Coletiva de Trabalho desde 1990.

O Vale-alimentação passou a valer em 1994 e a 13ª cesta foi conquistada em 2007. O reajuste anual dos valores é resultado das negociações e da mobilização dos trabalhadores de bancos públicos e privados em função da estratégia vitoriosa Campanha Nacional Unificada e do trabalho diário dos sindicatos.

O valor também é assegurado às trabalhadoras em licença-maternidade. Funcionário

afastado por doença, ou acidente de trabalho, recebe o auxílio alimentação por um prazo de 180 dias, contados a partir do primeiro dia de afastamento. A 13ª cesta-alimentação também é estendida para as bancárias em licença-maternidade. Já os afastados por doença ou acidente de trabalho receberão o auxílio desde que, na data da sua concessão, estejam afastado a menos de 180 dias.

Sindicalize-se aqui em nosso site. Num clique você se associa e ajuda a lutar por uma categoria mais unida e mais forte.